

CONTRIBUIÇÕES DE IGNACY SACHS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO OESTE DO PARANÁ

Marco Aurélio Kasmin Corrêa

Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Atualmente é professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Departamento de Ciências Econômicas - Campus de Francisco Beltrão.
E-mail: danielacarine@yahoo.com.br

João José Passini

Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Atualmente é Analista de Ciência e Tecnologia do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR).
E-mail: jjpassini@hotmail.com

Resumo

O objetivo desse artigo é o de estudar alguns textos do economista Ignacy Sachs, aonde o autor apresenta suas teorias e práticas sobre o ecodesenvolvimento (desenvolvimento sustentável) e analisar sua contribuição à teoria do desenvolvimento e em particular, analisar como seus pensamentos podem ser utilizados como contribuição ao desenvolvimento da região Oeste do Paraná. Resultado de seus trabalhos e estudos, sua concepção de desenvolvimento alia o crescimento econômico, a preocupação com a preservação ambiental e a ampliação igualitária do bem-estar social. Isso lhe conferiu o título de ecossocioeconomista. Sachs deixa claro que o processo de desenvolvimento pode ocorrer em diferentes escalas, do local ao planetário, assim, é totalmente factível que os conceitos por ele desenvolvidos possam ser aplicados à região Oeste do Paraná. Conceitos como planejamento concertado de governança democrática, como a economia da biomassa, e da inclusão social.

Palavras-chave: Ignacy Sachs, Ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, Paraná.

Abstract

The purpose of this article is to study some texts of the economist Ignacy Sachs, where the author presents his theories and practices on ecodesvelopment (sustainable development) and analyze his contribution to the development theory and in particular, analyze how his thoughts can be used as contribution to the development of the western region of Paraná. As a result of its work and studies, its conception of development combines economic growth, concern for environmental preservation and the egalitarian expansion of social welfare. This gave him the title of ecossocioeconomist. Sachs makes it clear that the development process can occur at different scales, from the local to the planetary, so it is entirely feasible that the concepts developed by him can be applied to the western region of Paraná. Concepts such as concerted planning for democratic governance such as biomass economics and social inclusion.

Keywords: Ignacy Sachs, Eco-development, sustainable development, Paraná.

Introdução

Discutir o termo desenvolvimento não é tarefa fácil. Faz-se necessário definir com precisão sobre qual desenvolvimento estamos tratando. Desde as escolas dos economistas que defendem que o crescimento econômico traz naturalmente desenvolvimento, pela condição do efeito cascata, até as correntes que definem o desenvolvimento como liberdade, na expressão de Sen (2000), onde o desenvolvimento, como defende Ignacy Sachs (2009), é multidimensional e busca o desenvolvimento com sustentabilidade focado no desenvolvimento das pessoas.

Nesse sentido, o foco das análises se desloca dos indicadores de crescimento da economia pela análise do produto interno bruto – PIB, para análises mais complexas como o índice de desenvolvimento humano – IDH.

O conceito de desenvolvimento sustentável teve origem na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, ocorrida em Estocolmo em 1972, mas se consolida como conceito e expressão a partir da Cúpula da Terra, ou Rio-92, também uma Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992.

Segundo o relatório Nosso Futuro Comum, publicado pela ONU em 1987, o desenvolvimento sustentável está baseado na premissa que o atendimento às necessidades das gerações presentes não pode comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades.

No entanto, antes do termo desenvolvimento sustentável se consolidar, Ignacy Sachs construiu as bases conceituais do que denominou de ecodesenvolvimento, onde considera o desenvolvimento a partir de cinco dimensões: social, econômica, ecológica, territorial e cultural. Especialmente porque estava convencido que o desenvolvimento deve ter como base o desenvolvimento social, porém sem negligenciar a questão ambiental, que em primeira instância é o sustentáculo da vida.

Nesse artigo vamos tentar analisar como os conceitos de desenvolvimento do economista Ignacy Sachs, em suas múltiplas dimensões, podem contribuir para o desenvolvimento da região Oeste do Paraná – Brasil. Para tanto, inicialmente vamos apresentar de forma sucinta quem é Ignacy Sachs, quais foram os principais conceitos que o autor construiu ao longo de sua trajetória pela dialética da teoria e

prática, para, finalmente tecer algumas considerações sobre sua contribuição para o desenvolvimento da região Oeste do Paraná.

O Ecosocioeconomista Ignacy Sachs

É muito difícil resumir a vida profícua do economista Ignacy Sachs, que publicou mais de vinte livros e dezenas de artigos, tanto em polonês, sua língua natal, quanto em francês, português e inglês. Redigiu relatórios para os principais organismos multilaterais, como as Nações Unidas, e para diversos governos, como para o Brasil, Peru e Chile. Foi pesquisador, professor, consultor e conselheiro.

Participou como conselheiro dos principais eventos mundiais sobre meio ambiente. Iniciando pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, em 1972, passando pela Cúpula da Terra no Rio de Janeiro em 1992 e mais uma vez no Rio de Janeiro, na Rio + 20, em 2012.

Difícil também não repetir o que muitos estudiosos já falaram. Nas palavras de Bresser-Pereira (2008) Ignacy Sachs é “um grande intelectual que rejeita a torre de marfim da universidade e mergulha na prática, sempre em defesa dos seus ideais.”

“Eu tive um percurso excepcional, no sentido de que pouquíssimas pessoas nasceram na Polônia, se formaram no Brasil, fizeram doutorado na Índia, trabalharam na Polônia socialista e passaram os últimos 40 anos usando o aeroporto de Paris como sua base, andando pelo mundo.” (SACHS, 2009).

Sachs é um cidadão do mundo. Não apenas pelas suas três nacionalidades (nascido polonês em Varsóvia em 1927, naturalizado francês e adotado ser brasileiro de coração), mas por ter ao longo da vida girado o mundo para a realização de trabalhos de consultorias e estudos por importantes organizações internacionais, além da participação em eventos divulgando suas ideias formuladas em torno das economias dos países do terceiro mundo e do ecodesenvolvimento.

Sua experiência internacional inicia-se quando é forçado, juntamente sua família, a deixar seu país de origem para fugir do Nazismo e da política racial no início da segunda guerra mundial. Antes de chegar ao Rio de Janeiro, com 14 anos,

onde se formaria em economia pela Universidade Cândido Mendes, passou pela Romênia, pela França, pela Espanha, e finalmente por Portugal.

No Rio de Janeiro casou-se com a Viola, polonesa que também veio para o Brasil em situação familiar semelhante a sua e com quem teve três filhos. Iniciou sua vida profissional ainda no Brasil, onde teve um papel importante nas relações diplomáticas entre o Brasil e a Polônia, enquanto trabalhava no serviço cultural da embaixada polonesa. Durante esse período escreveu, em parceria com sua esposa, o primeiro dicionário polonês-brasileiro, até hoje comercializado na Polônia.

Sem preocupações com o nacionalismo, mas com o objetivo de apoiar o desenvolvimento do socialismo, retorna ao seu país de origem em 1954, uma vez que a Polônia é reconhecida como socialista. Já na Polônia tem a oportunidade de trabalhar com o renomado economista Michal Kalecki, que havia sido colaborador de John Maynard Keynes. Durante esse período aprofunda-se no estudo das economias dos países em desenvolvimento, quando lança alguns livros sobre a América Latina.

Em 1957 é convidado pela embaixada polonesa para servir na Índia, no departamento econômico, onde tem a oportunidade de cursar seu doutorado na Universidade de Nova Délhi. O tema de sua tese são os modelos do setor público nas economias subdesenvolvidas. Na parte teórica estuda, de forma comparativa, a economia do Japão na Restauração Meiji após 1868 e a economia da Índia. Na parte prática analisa as economias de Brasil e Índia. Sua tese é publicada em quatro países (Índia, Polônia, Brasil e Egito) e em dois idiomas, inglês e polonês.

De volta à Polônia Sachs continua seus trabalhos e estudos focados nas economias dos países em desenvolvimento, analisando e comparando os países do chamado terceiro mundo aos países de economias socialistas, especialmente no tocante ao planejamento de suas economias. Vai se consolidando a concepção de Sachs a cerca da necessidade da questão social no processo de pensar o desenvolvimento.

Em 1968 a Polônia entra numa fase novamente de política antissemita. Sachs, então, é expatriado e novamente forçado pelo governo a deixar o país. No entanto, já era uma personalidade muito conhecida e respeitada nos meios acadêmicos e de organizações internacionais, como a ONU, o que lhe rendeu muitos convites para trabalho. Acaba por aceitar o convite de Fernand Braudel para

lecionar na *École Pratique de Hautes Études - EPHE* de Paris – (mais tarde se tornou a *École des Hautes Études em Sciences Sociales*).

Já em Paris e se dedicando aos estudos comparativos das economias dos países desenvolvidos e do terceiro mundo, Ignacy Sachs tem o primeiro contato com o tema do meio ambiente. Foi no Colóquio internacional sobre o meio ambiente como desafio às ciências sociais, ocorrido em Tóquio no ano de 1970. Sachs foi convidado a elaborar um relatório sobre o planejamento e o meio ambiente nos países do Terceiro Mundo. Foi o momento em que teve a oportunidade de estabelecer, para si, o “elo profundo que une a problemática do meio ambiente e a do desenvolvimento” (2009).

A partir de então, inicia-se uma trajetória no mundo da questão ambiental que permitirá Sachs elaborar sua concepção de desenvolvimento como uma combinação de crescimento econômico, aumento igualitário do bem-estar social e preservação ambiental. Logo após o colóquio de Tóquio, Sachs se envolve na organização da Primeira Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972. Para tanto, participa em Founex – Suíça – de evento de preparação da conferência.

Em Founex trava-se um grande embate, de duas posições extremas, que se torna um marco na história do desenvolvimento sustentável. De um lado os partidários do crescimento a qualquer custo, que defendiam que o importante era o crescimento da economia, não importando os reflexos ambientais. O meio ambiente seria tratado depois, pois o progresso técnico seria capaz de cuidar dessa questão. Do outro lado estavam os defensores do zero crescimento, os chamados “zegistas” (partidários do *ZEG – Zero Economic Growth*), entendendo que os problemas de degradação do planeta consistiam nos crescimentos da demografia, do consumo material e da economia.

O colóquio permitiu clarear as ideias que seriam o centro das discussões em Estocolmo em 1972. Ficou claro que não era possível parar o crescimento econômico enquanto existissem pobreza e desigualdades sociais, mas que era imperativo que os frutos desse crescimento fossem divididos. Ou seja, Sachs apregoa a necessidade de outro crescimento para um outro desenvolvimento. Em sua opinião, Founex lançou as bases do que seria o desenvolvimento sustentável,

tendo o social como objetivo primeiro do desenvolvimento, com a condicionante de respeito ao meio ambiente e, por fim, soluções economicamente viáveis.

Sachs foi conselheiro na organização da Primeira Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972, durante a qual foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Também foi nessa conferência que surgiu o termo ecodesenvolvimento, sugerido por Maurice Strong, e que Sachs desenvolveu e deu conteúdo.

Portanto, mais do que uma opção a uma “terceira via”, o conceito de ecodesenvolvimento demonstra claramente um projeto de Civilização, uma preocupação com a inclusão social no processo de desenvolvimento econômico, melhorando a qualidade de vida da população e considerando o meio ambiente como nosso lar, aquele que fornece a sustentação da vida e da produção. O conceito incorpora uma questão ética importante, qual seja de responsabilidade com as gerações presentes e de solidariedade com as gerações futuras.

A partir de então, Ignacy Sachs passa a ser referenciado como ecossocioeconomista, e é difundido por todo o mundo como defensor do crescimento econômico inserido no contexto do desenvolvimento social e proteção ambiental.

O ecodesenvolvimento e o Paradigma do Caminho do Meio como opção de gestão negociada e contratual

Uma das primeiras críticas que Sachs faz dos modelos de crescimento econômico é que os objetivos do desenvolvimento vão muito além do desdobramento da riqueza material. Para ele o crescimento é uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento, porém não suficiente para se obter prosperidade.

“Quanto aos fundamentalistas de mercado, eles implicitamente consideram o desenvolvimento como um conceito redundante. O desenvolvimento virá como resultado natural do crescimento econômico, graças ao “efeito cascata” (trickle down effect). Não há necessidade de uma teoria de desenvolvimento. Basta aplicar a economia moderna, uma disciplina a-histórica e universalmente válida”. (SACHS, 2008, p. 26).

Sachs recusa veementemente a teoria do “efeito cascata”, pois a considera incapaz de entregar o que promete, ou seja, que os frutos do crescimento econômico serão distribuídos e promover o desenvolvimento. Analisa que, sobretudo em termos éticos é inaceitável, porque seria perturbador imaginar que, considerando as “desigualdades abismais” existentes, esperar que “os ricos devam ficar mais ricos ainda, para que os destituídos possam ser um pouco menos destituídos”.

Ele inicia sua trajetória de cientista social estudando a economia dos países subdesenvolvidos. Nesse sentido, estuda de forma comparativa economias de países como a Índia, Polônia, Japão, Brasil, Argentina, entre outros. Conclui que os modelos bem sucedidos dos países desenvolvidos não servem aos países não desenvolvidos ou em desenvolvimento. Sua conclusão indica que cada país deve pensar o seu próprio desenvolvimento, com suas próprias possibilidades e recursos.

“Devemos repensar a teoria do desenvolvimento e as políticas receituadas que derivam dela à luz do que aconteceu com a Argentina – o caso mais extremo de “pobreza na abundância” (Keynes, 2000) e de “*desdesenvolvimento*” (ou de involução, para usar um termo de Clifford Geertz) em circunstâncias não bélicas, uma tragédia que resultou de uma mistura letal de dependência excessiva do consenso de Washington e de má governança.” (SACHS, 2008, p. 10).

Assim, se o objetivo é o alcance de uma vida melhor, mais feliz e mais completa, há que se falar em desenvolvimento, o que é muito distinto de crescimento econômico, pois os objetivos do primeiro vão além da mera multiplicação da riqueza material. O desenvolvimento busca a ampliação do emprego descente, a redução da pobreza e atenuar as desigualdades sociais.

Para Sachs o modelo do crescimento é perverso, excludente e concentrador. Provoca a expropriação da maioria pobre da população, o contrário do que se espera no processo de desenvolvimento.

No entanto, como apresentado no capítulo anterior, outra dimensão do desenvolvimento se descortina para Sachs a partir do início da década de 1970, quando passa a ter contato com a dimensão ambiental do desenvolvimento. Inicia-se então uma trajetória de reflexões e pesquisas que o leva a construir o conceito de Ecodesenvolvimento, que com o passar do tempo é utilizado como base conceitual do que hoje é denominado de desenvolvimento sustentável.

Fuentes Llanillo (2007), em sua Tese de doutorado, elabora uma extensa análise de como os organismos mundiais, especialmente a ONU, desde a década de 1970, vem promovendo discussões acerca do problema do limite de crescimento econômico, e como isso remeteu à discussão do desenvolvimento sustentável, que segundo o Relatório Brundtland¹, é o atendimento às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades, num processo em que o planeta Terra não seja explorado no seu limite e tendo a possibilidade de recuperação.

Sachs teve um papel importante nesse processo. Após a constatação das grandes diferenças sociais e econômicas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, passou a defender que não era possível simplesmente parar o processo de crescimento econômico enquanto houvesse pessoas pobres no mundo e imensas desigualdades sociais. Porém, defendia a necessidade de um crescimento dentro de uma perspectiva de um desenvolvimento humano. Porquanto, “os objetivos do desenvolvimento são sempre sociais, há uma condicionalidade ambiental que é preciso respeitar, e finalmente, para que as coisas avancem, é preciso que as soluções pensadas sejam economicamente viáveis”. (SACHS, 2009, p. 232)

A nova visão de desenvolvimento contida no Ecodesenvolvimento considera ao mesmo tempo uma preocupação com os aspectos econômicos, os problemas sociais e as questões ambientais. Contém ainda uma questão ética, a de que o desenvolvimento deve estar focado nas necessidades da sociedade, ou seja, na melhoria da qualidade de vida da maior parte da população, e no cuidado com a preservação do meio ambiente, para que o mesmo possa servir tanto à gerações presentes como para as futuras gerações.

Assim, a sustentabilidade é entendida como a relação entre os sistemas econômicos e os sistemas ecológicos, em que a vida humana perpetuaria sua existência indefinidamente e os efeitos das atividades humanas permaneceriam

¹ O **Relatório Brundtland**, também intitulado **Nosso Futuro Comum**, foi publicado em 1987 pela ONU. Foi elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento e reafirma uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, e que ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. O relatório aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes.

dentro de limites possíveis do planeta sem a destruição da sua diversidade, complexidade e funções do sistema ecológico de suporte da vida.

No entanto, o desenvolvimento sustentável requer uma abordagem territorial, que na concepção de Sen (2000) deve ser entendido como o desenvolvimento dos cidadãos, para que os mesmos sejam livres, autônomos, produtivos e socialmente responsáveis. Isso pressupõe o envolvimento (e desenvolvimento) de múltiplas dimensões, partindo da social e humana até a econômica, passando ainda pela cultural, institucional, política, tecnológica e ambiental. De preferência de forma endógena, utilizando os recursos já existentes no próprio território, o que reforça o conceito de sustentabilidade.

Segundo Sachs (2002) o desenvolvimento sustentável tem um duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras, e é multidimensional. Inicialmente definindo como cinco dimensões da sustentabilidade, o autor mais tarde ampliou para oito, em resumo é apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Dimensões do desenvolvimento sustentável, em resumo, segundo Sachs.

<p>1. Social – essa dimensão é fundamental e a razão maior da busca do desenvolvimento. Especialmente pela potencial disrupção social que ronda muitos países ao redor do mundo. Está diretamente relacionada à valorização da redução das diferenças sociais e do desenvolvimento em sua multidimensionalidade, com distribuição justa de renda, emprego pleno e/ou autônomo e com qualidade de vida decente;</p>
<p>2. Ambiental – trata-se de respeitar e realçar a capacidade dos ecossistemas naturais de acolher e absorver os resíduos gerados pelas ações humanas, ou seja, sua capacidade de autodepuração;</p>
<p>3. Ecológica – compreende a necessidade de preservação do potencial de produção dos recursos naturais (renováveis) como base da sustentação da vida e no respeito à limitação do uso dos recursos não renováveis;</p>
<p>4. Territorial – que diz respeito à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades, considerando uma relação urbana e rural equilibrada (eliminação da tendência em alocar os investimentos públicos nas áreas urbanas), superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis;</p>
<p>5. Econômico – a viabilidade econômica é condição intrínseca para que o desenvolvimento ocorra, mas, sobretudo na perspectiva de investimentos e gestão eficientes de recursos públicos e privados e envolvendo a manutenção da capacidade produtiva dos ecossistemas;</p>

6. **Cultural** – respeito às especificidades culturais, identidades e tradições das comunidades locais. Igualmente importante deve ser a capacidade que a sociedade tenha de autonomia para a construção de um projeto próprio endógeno, ampliando sua autoconfiança;
7. **Política Nacional** – como perspectiva de valor fundamental para a garantia de repartição e compartilhamento do desenvolvimento, sobretudo por meio da governança democrática, que é um valor fundador e um instrumento necessário para que as coisas aconteçam. Baseia-se na concepção de parceria e de colaboração efetiva entre os diferentes setores da sociedade como o público, o privado e o terceiro setor. Os membros da sociedade devem buscar o consenso e a solidariedade, superando os interesses particulares, que só podem ser produzidos em um processo de diálogo e democrático; e
8. **Política Internacional** – a partir do trabalho de organizações internacionais, especialmente da Organização das Nações Unidas – ONU e suas agências buscando estabelecer relações de cooperação entre os países, numa perspectiva de paz e desenvolvimento humano. Devendo promover a igualdade entre os povos, num processo de controle efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, assim como, da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais. Fundamental ainda, a promoção do processo de cooperação técnico, científico e tecnológico, transformando o caráter privado da ciência e tecnologia em patrimônio comum da humanidade.

Fonte: Elaboro pelos autores.

Tendo em conta que o ecodesenvolvimento tem um forte componente ambiental e o duplo imperativo ético (compromisso com a atual e as futuras gerações), Sachs (2002) desenvolve uma proposta de civilização baseada na biomassa, que ele mesmo denomina de Biocivilização. Ele se antecipa em alertar que não se trata de uma volta ao passado, retrocedendo aos modos ancestrais de vida, mas de uma moderna civilização da biomassa utilizando o grande potencial que os países tropicais têm, e se apoiando no que há de mais moderno no conhecimento humano na área da biotecnologia. A proposta visa libertar a humanidade da dependência dos combustíveis fósseis, reduzindo o consumo do petróleo e seus derivados que é a grande causa das mudanças climáticas constatadas atualmente.

A civilização moderna do vegetal (movida a energia solar captada pela fotossíntese) estaria baseada na exploração de um trinômio, ou o B ao cubo: biodiversidade-biomassas-biotecnologia. Utilizando-se técnicas modernas oriundas de ciência de ponta, alcançaríamos um leque invejável de produtos, como alimentos,

biocombustíveis, adubos verdes, materiais de construção, fibras e plásticos, insumos para a química verde, a farmacopeia e cosméticos.

Os países tropicais seriam os grandes beneficiários dessa “revolução”, pois apresentam uma extensa biodiversidade e clima favorável à produção de biomassa, com exceção àqueles locais com déficit hídrico, Sachs (2009).

Retomando o estudo que Sachs (2009) faz sobre a economia da Argentina, considerada uma economia em desenvolvimento, Sachs não hesita em concluir que o colapso da economia Argentina marcou o fim do Consenso de Washington², assim como o liberalismo fundamentado no mercado. Ao mesmo tempo, considera que o fim do socialismo real na Europa a partir da queda do muro de Berlin, significou o final do “estadismo e da economia de comando”. Em sua visão, o futuro pertenceria a um sistema de arranjos institucionais intermediários, as economias mistas.

Sachs persegue essa ideia em muitos textos, insistindo na tese do “paradigma do caminho do meio”. Por meio da governança democrática como único esquema adequado à regulação, isso porque, além do mercado, há outras entidades presentes que devem intervir, como o Estado e a sociedade (trabalhadores e organizações não governamentais). Apesar das falhas que cada um apresenta, ainda assim é possível extrair vantagens únicas do Estado, mercado e sociedade, e ousar combiná-las a fim de organizar e coordenar a correção das mesmas. (SACHS, 2008)

Em complemento, assevera que paradigma do caminho do meio é uma nova forma de ver o desenvolvimento. Pressupõe que o desenvolvimento deve ser endógeno, em oposição à transposição mimética de fórmulas importadas de outras localidades; deve ser autossuficiente para superar a dependência; deve ser orientado pela população em vez de ser direcionado pelo mercado; e deve estar em harmonia com a natureza e aberto às mudanças institucionais.

Isso pressupõe a adoção de uma peça fundamental na administração pública: o planejamento. Uma vez bem-feito e de forma compartilhada poderá acelerar o crescimento econômico em prol do desenvolvimento social.

2 O **Consenso de Washington** foi um conjunto de medidas, compostas de dez regras básicas, elaborada em 1989 por organizações financeiras em Washington como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos EUA, tendo como base um texto do economista John Williamson. Esse conjunto de medidas passou a ser recomendado aos países subdesenvolvidos com a intenção de combater as crises e misérias desses países. A proposta foi alicerçada nas políticas neoliberais, que prometiam, entre outras coisas, o crescimento econômico e o desenvolvimento social dos países latino-americanos.

“Gargalos devem ser identificados e suprimidos, capacidades ociosas devem ser aproveitadas e recursos latentes (humanos e naturais) devem ser mobilizados para a implementação de uma estratégia social de longo prazo, cuja explicação e implementação exigem uma atitude proativa de um estado desenvolvimentista enxuto e limpo.” (SACHS, 2008, p. 86).

Mas, diferente do tipo de planejamento soviético, pensado dentro do marco do socialismo real, que era autoritário, centralizado e abrangente, o planejamento moderno deve ser essencialmente participativo e dialógico. Não se pode iludir que isso aconteça sem a reestruturação do Estado, que tenha uma visão de um futuro planejado. Independente do âmbito de poder, seja ele local, estadual ou nacional, é necessário uma concentração entre seus diferentes atores sociais: o próprio estado como unidade de governança, o setor produtivo, os trabalhadores e a sociedade civil organizada. Por óbvio que um acordo entre os atores interessados deve ser pautado pelo conceito e bases do desenvolvimento sustentável, definindo metas harmônicas entre suas diferentes dimensões.

Considerações finais ou reflexões sobre as contribuições das teorias de Ignacy Sachs para o desenvolvimento do Oeste do Paraná

É inegável a contribuição do ecossocioeconomista Ignacy Sachs para o desenvolvimento, sobretudo para desenvolvimento sustentável. Nesse artigo procuramos apresentar como Sachs conclui, após estudos sobre as economias de países subdesenvolvidas, que o crescimento econômico não significa desenvolvimento e que o objetivo fim do desenvolvimento deve ser o alcance de uma vida melhor, mais feliz e mais completa, por meio da ampliação do emprego descente, da redução da pobreza e de atenuar as desigualdades sociais.

Mais adiante em sua trajetória acadêmica, e como consultor, entende que a questão ambiental deve ser acrescentada às questões sociais e econômicas no conceito de desenvolvimento e assim, constrói o conceito de ecodesenvolvimento, reforçando a multidimensão do desenvolvimento.

Os ensinamentos, conforme algumas concepções apresentadas ao decorrer desse artigo, certamente podem contribuir na formulação de ações e políticas para

melhorar o perfil do desenvolvimento socioeconômico da região Oeste do Paraná, até porque Sachs deixa claro que o desenvolvimento pode ser obtido em qualquer escala territorial.

A região Oeste do Paraná, sob o ponto de vista político, é formada por 54 municípios, uma população aproximada de 1,3 milhões de habitantes em uma área aproximada de 23 Km². Entre os 54 municípios estão Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo considerados de porte médio.

A ocupação da região é relativamente recente e sua economia ainda fortemente apoiada no setor primário, isso porque, as principais indústrias da região transformam produtos agrícolas como soja, milho, leite e carnes (aves, suínos e peixes). As agroindústrias ajudam, em muito, para que o Oeste do Paraná tenha um PIB industrial de 16% em relação ao estado, mesmo tendo em torno de 12,5% da sua população e 12% do seu território.

Ainda assim, a região apresenta contradições. Ao mesmo tempo em que apresenta um PIB *per capita* maior que do estado do Paraná e do Brasil, seu IDH é inferior. Em alguns indicadores sociais pode-se ver a mesma tendência, como nas taxas de mortalidade infantil, de homicídio e de suicídio, conforme se observa na tabela 2 abaixo.

Tabela 2: Indicadores de desenvolvimento

INDICADOR	Oeste PR	Paraná	Brasil
PIB <i>per capita</i> (R\$)	31.856,00	31.411,00	28.500,00
IDH	0,717	0,749	0,755
Mortalidade Infantil (mil nascidos vivos)	11,85	10,92	12,43
Homicídio (para cada mil habitantes)	41,6	33,4	27,8
Suicídio (para cada mil habitantes)	6,7	5,6	5,0

Fonte: Elaborada pelos autores com a base de dados do Observatório Territorial Oeste em Desenvolvimento

Esses são alguns exemplos que ilustra o quanto o foco no crescimento não conduz necessariamente ao desenvolvimento. Tem-se na região uma estrutura de produção de riqueza, de renda e de empregos baseados, predominantemente, na agricultura. A economia regional apresenta um setor do agronegócio com cadeias produtivas muito modernas, com capacidade de competir com os melhores

mercados do mundo. O mesmo ocorre com o setor agroindustrial. No entanto, mesmo muitas agroindústrias na região tendo estrutura cooperativada, isso não significa a geração de empregos e/ou postos de trabalho bem remunerados.

Nesse sentido, Sachs (2008) chama a atenção que para pensar o desenvolvimento de um território é necessário ter em conta a sua diversidade de configurações socioeconômicas e culturais. Sempre será um erro tentar aplicar de forma generalizadas estratégias padrões copiadas de outras regiões. As estratégias utilizadas deverão buscar respostas aos problemas identificados e também oferecer soluções às demandas da sociedade, superando obstáculos que impedem o uso mais racional e sustentável dos recursos e aproveitando as oportunidades existentes, usando de criatividade e inovação.

Decorre disso, e aqui vem o primeiro aprendizado do das descobertas de Sachs, a importância do processo de planejamento a partir de uma governança democrática. Felizmente, o Oeste do Paraná conta com uma iniciativa denominada “Oeste em Desenvolvimento” que tem em sua origem os conceitos da governança democrática. Como sugere o autor, essa iniciativa agrupa diferentes atores do território, como o setor público, o setor produtivo, ONGs, as instituições de ensino superior e de desenvolvimento tecnológico. Talvez ainda estejam ausentes os trabalhadores, por meio de suas representações de classe.

Por isso se faz necessário a formulação do Programa Oeste em Desenvolvimento, criado em 2013, enquanto uma ação de governança territorial visando o desenvolvimento científico, produtivo, a geração de novos negócios, emprego e renda por meio do engajamento, cooperação e sinergia dos agentes locais – setor público, privado e terceiro setor – capazes de ampliar a competitividade da região tendo em todas as ações os objetivos de desenvolvimento sustentável (Chibiaqui, 2020).

Ampliando sua governança participativa e promovendo melhor a articulação social, a criação de redes cooperativas e a formação de capital social e humano. Ampliar as suas já existentes instâncias de discussão e espaços de exercício da democracia, como os Fóruns e câmaras técnicas, que possam coordenar as relações entre instituições públicas e privadas e os demais atores interessados. Que atue em torno de acordos negociados em que o ponto central seja o desenvolvimento sustentável, e que, por fim, mobilize a participação cidadã.

O fortalecimento desse processo de representação democrática, harmonizadas por metas sociais, ambientais e econômicas, poderá ser coroado pela geração de políticas públicas de desenvolvimento e poderá indicar um futuro de prosperidade, mediado pelo diálogo, de negociações e vínculos contratuais entre os diferentes atores sociais.

E quanto à questão das oportunidades no campo da questão ambiental? Poder-se-ia considerar o Oeste do Paraná como uma região em condições de desenvolver uma Biocivilização no conceito de Sachs?

Seguramente que sim, a região tem grande potencial de desenvolver uma economia baseada na biomassa, extensamente estudada por Ignacy Sachs. A região apresenta os elementos que o autor considera fundamentais para explorar o trinômio “biodiversidade, biomassas e biotecnologias”.

Além de ser altamente competente em produzir biomassa (solos férteis, temperaturas adequadas, excelente exposição solar, chuvas ainda regulares e boa base tecnológica), ter abundância em resíduos (lixo orgânico doméstico, dejetos animais, resíduos das agroindústrias), ter biodiversidade, tem também organizações com competências de conhecimento e tecnologia para dar suporte à instalação de um grande parque produtor dessa “economia da biomassa”. Suas cooperativas, empresas privadas, universidades e centros de pesquisa, já estão bastante qualificados e poderão se qualificar ainda mais para o desenvolvimento de produtos baseado na biotecnologia e biomimética. E para além da produção de produtos, a região poderá ser uma grande exportadora de conhecimentos e tecnologias.

Entre as diversas ações para ampliar a competitividade e geração de emprego pelo Programa Oeste em Desenvolvimento está o estabelecimento das câmaras técnicas, que permitiu o compartilhamento de informações e conhecimento, que por sua vez levou a adoção de processos como a instalação de biodigestores para o tratamento de resíduos da suinocultura e geração de energia de forma sustentável e distribuída. As câmaras técnicas permitiram o espraiamento de informações, compartilhamento de experiências entre os produtores. O estabelecimento das câmaras técnicas enquanto organização que melhorou o ambiente institucional pode ser ilustrada pela apresentação e negociação de demandas dos produtores junto ao regulador (ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica) e a empresa estatal de distribuição de energia, que os integrou a

rede local de distribuição enquanto geração distribuída de energia na condição de pequenos produtores.

Cabe ainda ressaltar o potencial com a agroenergia, que já foi iniciada na região. Nesse particular, falta pouco para instalar um *cluster* de empresas de energias renováveis aproveitando as capacidades e conhecimentos já existentes no território (sobretudo biogás) pela Itaipu/PTI e a grande quantidade de biomassa residual já existente (dejetos de suínos, dejetos de aves, dejetos de frigoríficos).

Para tanto, é importante consolidar e modernizar a agricultura familiar regional, que é numerosa. Essa estratégia política de desenvolvimento de estímulo ao desenvolvimento rural baseada na biomassa deve considerar a geração de empregos qualificados. Mas também promover a pluriatividade no meio rural, como por exemplo, no emprego de atividades transformadoras, que devem ocorrer em pequenas unidades denominadas agroindústrias familiares.

Nas cidades promover ações afirmativas para melhorar a condição de trabalhadores por conta própria e microempresas, para ajudá-los a sair da informalidade e ampliar sua competitividade autêntica, como já o fazem programas do SEBRAE e que no Programa Oeste em Desenvolvimento poderá ampliar por meio de sua câmara técnica da microempresa.

Isso porque dinamizar a economia local é uma estratégia inteligente de desenvolvimento sustentável, pois há que considerar que a maioria dos empregos é criada pelas atividades voltadas ao mercado interno (Sachs, 2004). É óbvia que não se deve negligenciar a importância da promoção das exportações, todavia, gerar potencialidades do mercado interno constituem oportunidades que devem ser aproveitadas como os primeiros passos para impulsionar uma economia local.

Na mesma lógica, estabelecer programa regional de compras e negócios entre grandes, pequenas e médias empresas regionais, nelas incluindo as estruturas de governo das três esferas, como o uso das licitações com enfoque em aquisições de produtos ecologicamente sustentáveis enquanto instrumento de desenvolvimento regional foi muito bem demonstrado por Euflausino e Mello (2018, 2019). Essa estratégia permitiria dinamizar economias locais (evitar o vazamento da riqueza), não apenas por estabelecer canais de compras entre essas organizações, mas também pelo estabelecimento de cooperações. Por óbvio que há necessidade

de observar a não exploração espúria das pequenas organizações pelas grandes corporações.

Em relação ao foco do estudo e levando em consideração os dados apresentados na Tabela 1, fica evidente que a região falha em alguns aspectos das dimensões apresentadas por Sachs. A existência de discrepâncias significativas entre os municípios que compõem a região em estudo ilustra esse fato. Pode-se perceber, contudo, que as ideias de desenvolvimento de Sachs permeiam o arcabouço conceitual empregado pelas instituições da sociedade civil que debatem e buscam fomentar o desenvolvimento local. As disparidades não constituem indício de fracasso, mas de que o processo de desenvolvimento ocorre, invariavelmente, de forma desequilibrada, sendo necessário progredir com a integração das atividades produtivas locais, gerando externalidades e desdobramentos positivos que alcancem os municípios menos desenvolvidos.

CONCLUSÕES

O que o ecodesenvolvimento tenta responder é que não é possível termos um crescimento indefinido do produto material considerando o caráter finito do planeta Terra. Assim como, pode-se resumir a evolução do conceito de desenvolvimento, nas últimas cinco décadas, por um processo complexo, em que múltiplas dimensões são acrescentadas ao conceito como o social, o político, o cultural, o institucional. No entanto, pela ótica de Sachs (2008) restam ainda duas questões importantes a serem atacadas, trata-se do desemprego em escala /subemprego e das desigualdades crescentes.

Coloca algumas questões para serem respondidas a partir da constatação de que o progresso técnico e científico não respondeu a esses imperativos. Como devemos lidar com o uso do progresso técnico? Quanto dos avanços na redução do tempo de trabalho será apropriado pelos trabalhadores e quanto será destinado à acumulação capitalista? Em sua visão, a sustentabilidade social ainda é mais frágil do que a sustentabilidade ambiental. Por isso, a necessidade de pensar estratégias de desenvolvimento próprias dos locais, considerando o conceito de trabalho decente.

O Programa Oeste em Desenvolvimento criou uma estrutura de governança em âmbito regional para promover o desenvolvimento por meio da sinergia entre organizações públicas e privadas, visando o estabelecimento de mecanismos – instituições – para a resolução de conflitos, sanando debilidades recorrentemente debatidas pela Nova Economia Institucional. Fomentou a interação colaborativa entre os agentes locais, estimulando a confiança entre os participantes na mudança de uma perspectiva de governança do vertical – na qual os agentes reguladores, de fomento estatal tomavam as decisões – para uma governança mais horizontal – na qual os agentes produtivos apresentam suas demandas e propostas de solução.

Para o autor, o desenvolvimento deve estar focado no ser humano, habilitando a cada um a “manifestar potencialidades, talentos e imaginação, na procura da autorrealização e da felicidade” (Sachs, 2008, p.35). Para finalizar, uma frase contida em Sachs (2009) citando o padre Le Bret, que sintetiza extraordinariamente o espírito do conceito do desenvolvimento sustentável: “O desenvolvimento é a construção de uma *civilização do ser* na repartição equânime do *ter*”.

Como afirmado anteriormente, a região ainda apresenta significativas disparidades, sendo necessário prosseguir as pesquisas para compreender as bases e processos de desenvolvimento local, sendo sugestão de pesquisa os limitantes encontrados na aplicação, execução e de projetos que tenham como embasamento o ideário de Sachs na região Oeste do Paraná.

Referências Bibliográficas

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Economista do ecodesenvolvimento**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2002200809.htm>. Acesso em 13 de setembro de 2021.

CHIBIAQUI, Eloiza Dal Pozzo. O Programa Oeste em Desenvolvimento e seus impactos na governança da região Oeste do Paraná. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Toledo. 2020.

EUFLAUSINO, Mariana Aparecida; MELLO, Gilmar Ribeiro de. Compras Públicas Sustentáveis E Micro E Pequenas Empresas: Um Estudo Da Percepção Dos Participantes Do Programa Bom Negócio Paraná. **Ciências Sociais Em Perspectiva**, v. 17, p. 22, 2018.

EUFLAUSINO, Mariana Aparecida; MELLO, Gilmar Ribeiro de. Where the legitimation of sustainable public procurements finds conflict: an analysis of public procurement agents' perceptions on sustainable procurements. *Revista De Administração Da UFSM*, 12(4), 741–766. <https://doi.org/10.5902/1983465923676>. 2019.

FERNANDEZ, B. P. M. Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Economia Ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 23, p. 109-120, jan./jun. 2011.

FUENTES LLANILLO, R. **Indicadores de sustentabilidade da produção familiar mecanizada de grãos em modalidades de plantio direto no norte do Paraná, Brasil**. 2007. Tese (Doutorado em Agronomia). Departamento de Agronomia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2007.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.18, n.51, p.23-49, 2004.

_____. **Desenvolvimento**: Incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Gramond, 2008.

_____. **A Terceira Margem**: em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.